



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETIC

Sinopse da II sessão ordinária do CETIC

Síntese das deliberações referentes aos assuntos constantes da pauta da II sessão ordinária do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC), realizada em 31 de maio, às 14h12, presencialmente.

Presentes:

Presidente: Mônica Schröder

Vice-Presidente e Representante da ProPG: João Paulo Gois

Coordenador do NTI: Paulo Victor Fernandes da Silva/Carlos Alberto Orsolon da Silva

Representante da PROPLADI: Daniel Pansarelli

Representante do CECS: Roberto Sadao Yokoyama

Representantes do CMCC: Vinícius Cifú Lopes/Gustavo Sousa Pavani e Jair Donadelli Junior

Representante do CCNH: Pedro Alves da Silva Autreto

Representante da ProGrad: Marcelo Salvador Caetano

Representante da ProPes: Fábio Furlan

Representante do Netel: Miguel Said Vieira

Representante TA: Derek Silva Vieira e Felipe Augusto Anon da Silva/Thales Henrique Nogueira

Representante Discente de Graduação: Renato Ponce B. Carvalho

Administrador CETIC: Rafael Rondina

Participantes: Danilo Lima Zilling e Caio Francescon Padovan (CLDI); Fabio Neves Margarido, Larissa de Mattos, Lucas Vasconcelos Mendes e Sergio R. M. Carvalho (NTI), Valeria Borghesi (CEUA) e Robson Luiz Mioto de Carvalho (ACI)

Informes

- 1. Atualizações quanto às possíveis soluções para suítes de escritório em nuvem, contemplando armazenamento e comunicação, para o atendimento da comunidade acadêmica – Relator: Paulo Victor (NTI).*

Paulo Vitor relata que tem buscado alternativas para mitigar o problema junto aos usuários. Dentre as alternativas, estão medidas que o Ministério da Economia adotou, conforme último certame, envolvendo Microsoft e Google. Em contato com as empresas estão analisando as propostas, licenciamento e a compatibilização com a versão educacional. Ele complementa que anteriormente o NTI adotava, estrategicamente, licenças de forma perpétua, como investimento, porém neste momento, todas as alternativas estão sendo avaliadas, inclusive analisando o custo por usuário e a sustentabilidade ao longo do tempo. Durante esse período, foram realizadas seis reuniões, sendo a última com a Microsoft, com participação do NETEL, na qual foram avaliadas

questões tecnológicas e educacionais. Além disso, estão sendo feitas análises de soluções internas no cenário de investimento. Como próximos passos irão se reunir com a Reitoria e Propladi, para análise de todo os cenários. E posteriormente municiados de um estudo robusto das alternativas e dos cenários possíveis, baseados em informações técnicas e orçamentárias, será apresentado ao CETIC, a fim de tomar uma decisão colegiada.

Informes dos membros:

1. Felipe Anon informa que servidor Giulio Suzumura, alocado no NTI, obteve o título de Doutor, na UFABC, o primeiro do NTI a obter este título.

Ordem do Dia

1. *Aprovação do Projeto 66 do PDTI – Projeto: Atualização Sistema Gerencial CEUA – Demandantes: Valéria Lima Fabrício Borghesi e Alexandre Alves de Sousa Nascimento (Comissão de Ética em Uso de Animais – CEUA)*

Valéria relata acerca da solicitação de atualização (*upgrade*) do Sistema CEUA, que para além dos novos recursos, é necessária para atender à legislação atual. Esclarece que o fornecedor é dispensado de licitação por inexigibilidade, por ser um prestador de serviço exclusivo, conforme comprovação em processo. Abre-se para discussão. Felipe questiona se o NTI não poderia desenvolver um sistema para utilização. Valéria responde que a CEUA já consultou o NTI e até mesmo outras Universidades, como a UFRN, desenvolvedora do Sistema Integrado de Gestão (SIG), e a informação é que não há um módulo previsto para atender esta demanda. João Paulo questiona qual é a periodicidade dessa atualização. Valéria esclarece que são necessárias atualizações quando há alterações nas legislações vigentes ou quando o sistema apresenta problemas de ordem técnica. Não havendo mais manifestações. Encaminha-se para votação. Aprovado por unanimidade.

2. *Aprovação do Projeto 67 do PDTI – Projeto: Projetores de curta distância – Demandantes: Vitor Vieira Vasconcelos e Angela Terumi Fushita (CECS)*

Na ausência dos demandantes, devidamente justificada, os servidores Caio Francescon Padovan e Danilo Lima Zillig (CLDI) esclarecem a necessidade da aquisição dos projetores. Abre-se para discussão. Felipe Anon, diz que conforme disposto no Anexo 2 da Instrução Normativa nº 94, de 23 de dezembro de 2022, os projetores não se enquadram mais na categoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Daniel sugere que prossigam com a tramitação nesta instância e, caso a aprovação não seja necessária, que seja dispensada na instrução processual. Sergio Carvalho complementa que o NTI não possui esse tipo de projetor, o que fundamenta a necessidade de compra. Não havendo mais manifestações. Encaminha-se para votação. Aprovado por unanimidade.

3. *Aprovação do Projeto 68 do PDTI – Projeto: Aquisição de Switch SAN – Demandantes: Larissa de Mattos e Angelo Lázaro (NTI)*

Larissa apresenta a demanda, destacando que além de modernização dos equipamentos, a aquisição trará garantia, uma vez que os equipamentos atuais são de 2012. Monica questiona se os equipamentos podem ser adquiridos de forma escalonada. Larissa informa que a necessidade atual seria de dois equipamentos, e que podem ser adquiridos de forma

escalonada. Paulo Vitor ressalta que o valor informado é baseado no cenário de maior preço e acredita que o valor final será menor. Felipe Anon expressa sua preocupação com o alto valor e solicita que sejam disponibilizados documentos adicionais aos membros para melhor análise. João Paulo questiona se os *switchs* são destinados apenas ao controle dos *storages*, ou também para conexões externas. Larissa responde que se trata de uma rede distinta para comunicação entre o servidor e os *storages*. Em relação ao questionamento de Felipe, ela informa que quando submeteu o item no PDTI, ainda estavam em estudo de mercado, porém a demanda foi enviada tendo em vista o prazo para aprovação. Mônica destaca a importância do prazo, ressaltando que recursos de investimento não podem ser perdidos em decorrência do prazo. Daniel explica que as áreas responsáveis pela infraestrutura, incluindo o NTI, se reúnem bimestralmente com a Propladi para acompanhamento. Ele menciona o escalonamento dos gastos em todos os processos, de acordo com sua criticidade, e quando um valor mais alto é aprovado, ele ainda passa por um acompanhamento rigoroso em outras instâncias. Mônica menciona que o PDTI é uma referência de planejamento que os itens passarão por instâncias de decisão e etapas de instrução processual, que consideram os valores de mercado. Sergio destaca que o PDTI permite a execução dos projetos em até 2 anos, sem a instrução do processo, portanto, não é obrigatório ter orçamento para avaliação pelo CETIC. Felipe enfatiza que o ponto principal é o alto valor envolvido e que o CETIC é uma das instâncias responsáveis por avaliar esse valor. Larissa esclarece que o equipamento é de extrema importância, pois os equipamentos atuais estão sem garantia. Ela menciona que na perda dos equipamentos atuais não temos nada que possa substituir. Paulo Vitor diz que se forem adquiridos quatro equipamentos, dois serão redundância. Ele também destaca a possibilidade de criar um ambiente para testes, simulações e treinamento. Felipe solicita a alteração dos marcos do projeto. Monica destaca que neste momento existe embasamento técnico e orçamentário, porém, resalta que essas informações passarão por outras instâncias para garantir a segurança jurídica do processo. O item é promovido para a Ordem do Dia e abre-se para discussão. Não havendo manifestações. Encaminha-se para votação. Aprovado por unanimidade.

Expediente

1. Monitoramento PDTI 2021-2023, ano referência 2022 – Relator: Sergio Roberto Meneses de Carvalho (NTI)

Mônica esclarece que este ponto de pauta é apenas para acompanhamento desta comissão, não necessitando de deliberação. Sérgio contextualiza o atual Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e a legislação que o normatiza. Apresenta as informações sobre o monitoramento da conclusão dos projetos, incluindo o percentual de conclusão e os recursos alocados, de acordo com as respostas que são enviadas pelas áreas responsáveis. Os dados podem ser acessados pelo portal do PDTI da UFABC. Felipe questiona qual o encaminhamento no caso das áreas que não respondem. Sérgio esclarece que, quando as áreas não respondem, o status dos projetos é alterado para "não respondido" e no segundo ano sem resposta, o status é atualizado para "cancelado". O relatório apresentado levou em consideração a comparação entre a expectativa e as respostas fornecidas pelas áreas responsáveis.

2. *Prorrogação do PDTI 2021-2023, por mais um ano em função do ajuste ao Planejamento Institucional (PDI-UFABC) – Relator: Sergio Roberto Meneses de Carvalho (NTI)*
Sérgio informa que a vigilância do atual PDTI encerrará no final de 2023 e é necessário planejar a elaboração do próximo período. Porém, ele destaca que o PDTI é desenvolvido com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e propõe a prorrogação do atual PDTI de 3 anos para 4 anos. Rafael acrescenta que a PROPLADI já está elaborando o PDI e não poderia absorver a elaboração do PDTI simultaneamente. Dessa forma, o PDTI seria elaborado somente no próximo ano, após o início do próximo PDI. Mônica contextualiza que o PDI foi prorrogado por mais 1 ano pelo Conselho Universitário (ConsUni), assim, o PDI terá vigência até o final deste ano, 2023. Da mesma forma, os marcos de instrumentos de TI adotados pelo governo federal também estão sendo definidos, e há uma conexão entre esses instrumentos na questão de datas e períodos de forma coordenada. Sérgio menciona que os projetos continuados até o final de 2023 teriam sua renovação automática para 2024 e os projetos com previsão para 2023 se estenderiam para 2023 e 2024. Felipe sugere que a renovação não seja para 2024, mas para 180 dias após a publicação do PDI. Sérgio ressalta que a questão da anualidade é importante, assim como o prazo para a elaboração do PDTI deve ser considerado. Não havendo manifestações. Encaminha-se para votação. Aprovado por unanimidade.

3. *Minuta da Política de Subdomínios – Relatores: Fabio Neves Margarido e Lucas Vasconcelos Mendes (NTI)*

Mônica esclarece que a minuta a ser apresentada é a versão que vem sendo apresentada ao CETIC, que absorveu várias contribuições das reuniões anteriores, incluindo a minuta proposta pelo ex-membro Lucas Trombeta na primeira sessão ordinária do CETIC de 2023. Lucas Mendes, como relator oficial, apresenta o conteúdo do documento e principais alterações. Passa a palavra para Paulo Vitor, que explica que a minuta apresentada atende às demandas do NTI e da comunidade. Felipe informa que o documento disponibilizado na pauta não possibilitou anotações e sugestões. Professora Mônica pede ele faça suas considerações durante o Expediente. Gustavo Pavani afirma que o documento incorporou todas as contribuições feitas até o momento. Professor João Paulo sugere a remoção do artigo 14, incluindo as informações contidas em manual a ser disponibilizado na Central de Serviços. Felipe solicita a remoção dos ordinais a partir do décimo, para adequação a técnica legislativa, e acrescenta duas alterações no artigo 7º, alterando o limite máximo para 63 caracteres, e remover o inciso sobre a vedação de uso de caracteres acentuados. Vinícius Lopes questiona se ainda haverá dois formatos de domínio. Lucas Mendes responde afirmativamente, explicando que o padrão será o mesmo, e poderá ser mantido os dois formatos, enquanto um formato é utilizado para solicitação de domínio, o outro é um serviço de hospedagem de arquivos. Com relação aos questionamentos de Felipe Anon, Lucas Mendes esclarece que a minuta segue as normativas publicadas pelos órgãos do governo federal, e que a quantidade máxima de caracteres de 26 atende a todos os nossos domínios, levando em consideração aspectos de usabilidade. Daniel Pansarelli acredita que, do ponto de vista técnico e de internacionalização, é importante manter a vedação da criação de domínios sem acentos, considerando especialmente, locais com teclados que não possuam esses caracteres. Robson Mioto, questiona se as URLs com acentos não terão conflito com outros aplicativos, tais como de encurtadores de links. Marcelo Caetano questiona se o órgão gestor, o NTI, é responsável pela análise do mérito e da concessão, conforme o artigo 9º, e acredita que o correto seria o órgão que o demandante está vinculado, avaliasse o mérito. E questiona, acerca do artigo 17, a quem recorrer em caso de indeferimento. Paulo Vitor concorda com Daniel Pansarelli, mencionando que essa abordagem é baseada em

documentos utilizados em outras universidades e acredita que não deve ser alterada. Quanto ao encurtador de links ele não poderia responder, pois nunca registrou um domínio com acento. Sobre o artigo 17, ele explica que, ao final do texto, no artigo 22, é estabelecido a possibilidade de consultar à Reitoria, e se ela mantiver a decisão, o caso seria encaminhado ao CETIC. Acrescenta que a análise do mérito é feita pelo NTI, porém eles consultam a área que o demandante está vinculado, antes de tomar uma decisão. Thales Nogueira pondera que, considerando a quantidade de comentários feitos, seria mais eficiente habilitar a inserção de sugestões nos próximos documentos enviados na pauta, para agilizar a análise pelo CETIC. Felipe Anon lê uma norma que permite o uso de acentos no registro de domínio. Lucas Mendes entende que devemos seguir o que vem sendo adotado por outros órgãos correlatos. Mônica coloca em votação as proposições de alteração do artigo 7º: 1) Alterar o inciso I (que altera de 26 caracteres para 63) e 2) Excluir o inciso III (que veta o uso de caracteres acentuados). Miguel secunda a alteração proposta no item 1. Ninguém secunda o item 2. Propõe-se elevar o item para a ordem do dia. O item é promovido para a Ordem do Dia, com 1 voto contrário, e abre-se para discussão. Não havendo manifestações. Encaminha-se para votação a alteração do inciso I. Seis membros votam a favor da manutenção, quatro votam a favor da alteração e uma abstenção. Desta forma, a maioria decide manter o inciso como está. Prossegue para a votação do documento completo. Aprovado com 1 voto contrário.

4. *Norma de utilização segura das Redes Sociais – Relator Robson Mioto (ACI)*

Mônica explica que o documento já havia passado pelo CETIC e foi solicitado que o documento fosse avaliado pelo CSIC. Robson Mioto relata que o documento atende a uma solicitação normativa de 2021, para o uso seguro das mídias sociais, e apresenta os principais pontos da minuta. João Paulo sugere que no artigo 9º seja revisto o termo “priorizar”, de grupos ou conteúdos, pois podemos gerar uma demanda à ACI que não será possível absorver. Robson Mioto esclarece que quando for possível, a ACI redirecionará as demandas para o canal oficial da UFABC, assumindo a responsabilidade legal pelos canais que administra. Mônica explica que o regramento é para que os servidores postem nos canais oficiais das grandes áreas. Felipe Anon sugere incluir as reuniões do CSIC nos “considerandos”. João Paulo pede esclarecimentos sobre a criação de grupos que constam no artigo 12, sugerindo que tal possibilidade seja excluída. Miguel Said menciona que existe um limitador para a área que gerencia os canais oficiais, como a quantidade de postagens diárias e os tipos de informações, enquanto as áreas demandantes precisam ser atendidas em demandas específicas. Felipe Anon sugere que o texto seja mais claro em relação ao “perfil da área” e “perfil institucional”. João Paulo questiona qual é o papel do “servidor interface”, se ele é o servidor treinado pela ACI ou se é a pessoa que solicita a publicação de um conteúdo. Daniel Pansarelli, sobre o artigo 11, percebe que há uma restrição da responsabilidade à ACI. E em relação ao artigo 12, sobre o reconhecimento de espaços autônomos, Daniel Pansarelli sugere excluí-lo, pois dá a entender que a UFABC permite a coexistência com tais perfis, sendo que, caso ocorra a existência destes tipos de perfis a UFABC tomará providências legais para removê-los. Ainda questiona qual será o encaminhamento nas consultas à ACI nos artigos 10 e 17, e destaca a importância de estabelecer uma autoridade das instâncias a serem consultadas no artigo 20. Mônica informa que o documento permanecerá no Expediente e deverá analisar todas as contribuições realizadas nesta reunião.

5. *Proposta de regulamentação no uso das redes sem fio da UFABC – Relator: Felipe Augusto Anon (NTI)*

Felipe Anon apresenta o documento e elenca as possíveis alternativas durante a migração. Paulo Victor pondera que a minuta apresentada, conforme análise pela Equipe de Redes do NTI, possui alguns itens em desconformidade com as legislações vigentes. E propõe que o NTI participe da elaboração da minuta. Carlos Alberto corrobora destacando dois aspectos a serem considerados: o impacto na área técnica e a necessidade de elaborar um plano de implementação em conjunto. Pedro Autreto ressalta que esse assunto é de extrema prioridade, pois é fundamental para o cumprimento da norma, já que grupos podem estar utilizando a rede indevidamente. Daniel Pansarelli destaca a importância de que as áreas definam o que é considerado ambiente de pesquisa e menciona a importância de considerar a inclusão, porém grande parte da comunidade que visita a UFABC pode não estar familiarizado com os serviços propostos. E sugere a obtenção de um parecer da área técnica para embasar o documento. Thales Nogueira menciona que há vários equipamentos armazenados em depósito e estão cobertos por garantia, e é importante controlar os equipamentos que estão em redundância. Felipe Anon sugere que a minuta seja transformada em um Grupo de Trabalho. João Paulo considera que a criação de um Grupo de Trabalho irá demandar muito mais trabalho. Enfatiza a necessidade de um parecer técnico com soluções para construir o documento. Felipe Anon concorda em aguardar o parecer técnico. Paulo Vitor compreende a importância da proposta, porém destaca que existem várias normativas que precisam ser consultadas. Destacando que a definição de muitos itens do documento caberá à Reitoria. João Paulo solicita que o item permaneça no Expediente e que nas próximas reuniões seja apresentado baseado em parecer técnico do NTI e acompanhado do plano de implementação.

A reunião é encerrada às 17h18.